

REGIÃO SUL

ANÁLISE ECONÔMICA

RELAÇÕES MACROECONÔMICAS DA ECONOMIA GAÚCHA (1960-85)

*Cláudio F. Accurso**

Introdução

Originalmente, este trabalho integrava um estudo alentado sobre o Rio Grande do Sul, denominado **Uma Avaliação da Economia Gaúcha no Período 1960-1985**, feito em 1988, no Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE) da UFRGS. Seus dois volumes de análises globais e setoriais constituiram apreciável contribuição para o entendimento da economia estadual, até porque contemplavam inúmeros aspectos inéditos e abordagens originais da mesma. Por falta de recursos, a UFRGS não o publicou, perdendo o IEPE a oportunidade de revelar o único estudo macroeconômico do Estado feito em seus 30 anos de existência. Seus autores, contudo, de número superior a uma dezena, em mais de uma oportunidade, deram à luz artigos apoiados em seus conteúdos, de modo que, mesmo se perdendo a visão de conjunto, sempre foi parcialmente possível o benefício das análises então realizadas.

Para esta apresentação foram deixados de lado a **Introdução**, que cuidava da discrepância de dados segundo suas fontes, razão concedida aos diversos setorialistas para o emprego de informações nem sempre homogêneas, e o título **Dados de Posição na Economia Brasileira**, face à disponibilidade de dados mais atualizados, publicados pela FEE, sobretudo em duas de suas publicações: **Indicadores Econômicos e Resenha Estatística do Rio Grande do Sul**.

Como o período coberto é 1960-85, a primeira dúvida foi quanto a acrescentar mais sete anos de informação, aproveitando o último censo e os dados de renda disponíveis até 1992. Contudo os dados de comércio por vias internas só existem até 1991, e os de emprego apresentam-se inconsistentes, oferecendo pouca segurança para sua utilização. Por outro lado, a FEE está revendo toda a série do PIB estadual dos últimos 20 anos, implicando para seu aproveitamento a mudança de toda a base empírica em que o trabalho esteve apoiado. Em poucas palavras, não se trata só de acrescentar informações com distintas temporalidades, mas de substituir boa parte da base empírica do trabalho e as relações numéricas estabelecidas entre as diversas variáveis. Na prática, seria escrever por inteiro um novo trabalho, fugindo, sem dúvida, dos propósitos desta publicação. Obviamente, seria muito útil

* Economista da FEE

dispor-se, ao mesmo tempo, de atualização e de precisão, porém, justamente porque aparece esta última, a primeira fica um tanto prejudicada.

O que se pretende com este texto é mostrar relações macroeconômicas pouco abordadas, às vezes por razões estatísticas e outro tanto pelo menor valor teórico atribuído às mesmas. As que giram em torno dos investimentos e do setor externo — com sua subdivisão em mercados nacionais e internacionais — fazem parte daquelas cuja indisponibilidade impede a constatação de causações imediatas de comportamento. Por serem pouco exploradas, as explicações têm grande dificuldade para superar as meras verificações de cunho setorial, em que a economia cresce porque seus componentes cresceram ou decresce porque seus componentes decresceram. A disponibilidade de informações ou de estimativas sobre as referidas variáveis pode não preencher cabalmente o conhecimento buscado, mas, sem dúvida, eleva-o apreciavelmente. Também não quer dizer que as análises feitas com base em plausibilidades teóricas valham menos, embora deixem sempre a dúvida das afirmações sem empiricidade.

Se o propósito é mostrar relações macroeconômicas extraídas de 25 anos de observação, pouca influência há de ter o acréscimo de mais alguns anos, ainda mais os com informação do Censo, sempre de penosa comparação. Outrossim, trabalho inédito, embora só agora publicado, sempre guarda compromisso com seu momento, não apenas por sua base factual como também pelas interpretações então permitidas. Pouco se ganharia agora em substituí-las, inclusive com o risco de perdê-las, particularmente quando, a qualquer momento, é possível sua reelaboração com as mesmas e outras relações ao alcance dos analistas.

O Rio Grande do Sul é uma das economias estaduais mais estudadas, sendo que, dos anos 60 para cá, são inevitáveis os documentos e publicações com pesquisas, análises, interpretações e propostas, constituindo-se o todo num acervo de inestimável valor para o conhecimento da realidade. Muita coisa ainda cabe fazer, subsistindo áreas importantes do saber factual com sombras inibidoras de ações mais fecundas e de gestos mais corajosos ao desbravamento do ignoto. A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser constitui-se na grande depositária desse saber e demiurga inquestionável de sua ampliação. Sua contribuição informativa e teórica sobre a economia sul-rio-grandense é de relevância indiscutível. Alimenta a admiração crescente por seu trabalho o fato de contar a FEE com um apetite sempre renovado para continuar nessa senda. O acolhimento deste trabalho é mais uma demonstração de seu interesse pelo assunto regional, campo onde, com maior probabilidade, sem originalidade pode se destacar.

Espera-se apenas que o presente estudo sirva de alguma forma para aumentar a segurança sobre algumas idéias e afirmativas relativas ao Rio Grande do Sul.

1- A economia em movimento

1.1 - Evolução nos diversos períodos

Olhando-se a economia gaúcha numa perspectiva ampla, dentro de um horizonte temporal em que as variações de curto prazo não toldem tendências e comportamentos reveladores de seus potenciais mais efetivos, verifica-se a sua inquestionável disposição a um crescimento continuado e intenso. Tomando-se os 25 anos que vão de 1960 a 1985, abarcando os anos de desaceleração da década de 60, o período de excepcional dinamismo dos anos 70 e, novamente, a desaceleração da década de 80, chega-se ao desempenho das taxas médias de crescimento mostrado na Tabela 1.

Tabela 1

Taxas médias de crescimento da economia do Rio Grande do Sul
e do Brasil — 1960-85

DISCRIMINAÇÃO	(%)			
	1960-70	1970-80	1980-85	1960-85
Rio Grande do Sul (1)	6,2	10,3	0,5	6,6
Brasil (2)	6,1	8,6	1,7	6,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: **Indicadores Econômicos** da FEE.
Fundação Getúlio Vargas.

NOTA: Cálculos elaborados pelo autor.

(1) As taxas do Rio Grande do Sul referem-se ao PILcf, com base nos **Indicadores Econômicos** da FEE. (2) As taxas do Brasil são relativas ao PIBpm, tendo por fonte a Fundação Getúlio Vargas.

O RS apresentou ao longo do último quarto de século um crescimento superior ao da média do País, devendo-se destacar o fato de ser a economia brasileira uma das mais dinâmicas do Mundo. Depois dos anos recessivos entre 1962 e 1967, em que o Brasil ingressou num singular momento de taxas excepcionalmente altas (período do "milagre"), sem comparações com experiências de quaisquer outros países, o RS respondeu com ritmos ainda superiores aos da Nação, pondo à mostra suas grandes potencialidades dinâmicas. Se, na década de 80, a sua taxa se apresenta menor, 0,5% contra 1,7% do BR, isso se deveu fundamentalmente aos anos de 1982 e 1984, em que a agricultura gaúcha esteve submetida a condições perversas, com taxas negativas de 19% e 4,5% respectivamente. No ano de 1986, os ritmos do RS e do BR andaram juntos, 7,9% e 8,0%, em que pese à agricultura gaúcha ter apresentado um decréscimo de 23,5%.

Desde logo, esses números desmentem a idéia de estancamento, pois, mesmo em seus valores absolutos, significam um patamar invejável em termos mundiais. Suas elevadas taxas refletem uma economia com grande capacidade de responder aos estímulos advindos dos mercados, traduzindo também uma considerável disposição para adaptar-se às suas constantes variações.

Se sobre esses dados de expansão do Produto se colocam os relativos à população, chega-se ao comportamento *per capita* dos últimos 25 anos, revelando, em última análise, o que foi produzido além do crescimento da população. Como a evolução brasileira se deu a uma taxa média de 2,4% ao ano e a gaúcha a uma de 1,7%, o resultado líquido foi, no Brasil, 3,8% e, no Rio Grande do Sul, 4,9%. Enquanto o Produto por habitante no País cresceu 154%, no Estado cresceu 231%. Esses dados falam por si só e dispensam maiores comentários quanto ao fenômeno do crescimento estadual. É verdade que nem um nem outro indicam nada quanto à melhoria de vida, à melhor distribuição de renda, à redução dos indicadores de pobreza, etc. Traduzem apenas ritmos e põem a descoberto que a economia gaúcha não foi menos dinâmica do que a economia brasileira em seu conjunto.

Ouve-se muito o argumento de que comparações com a média nacional ocultam o fato de que outros estados desfrutaram de velocidades maiores, o que determinaria perda de posição relativa para o RS. Isso pode acontecer, como é o caso do Paraná, porém tal fato não tem como contrapartida a paralisação do RS nem implica qualquer tipo de estancamento. Condições históricas determinadas respondem por oportunidades distintas, tornando o desenvolvimento um processo extremamente diferenciado, mesmo quando forças acumulativas continuam atuando. A questão fundamental não é que existam oportunidades diferenciadas em determinado quadro da história, mas que as oportunidades possam desaparecer, dando lugar a descontinuidades e inversões de tendências.

Naturalmente, deve-se manter alto o sentido de emulação com outras áreas, até para que se maximizem as oportunidades a serem aproveitadas. Isso é salutar e estimulante. O que parece doentio é, em não se podendo ser o primeiro, concluir por uma realidade pouco realizadora e pouco atrativa. A experiência universal não é de uniformidade em taxas como no caso dos países desenvolvidos, mas de preocupação em manter-se no bloco dos países de vanguarda e beneficiários dos mesmos impulsos e das mesmas oportunidades. Seria preocupante se o Rio Grande do Sul manifestasse claramente uma menor predisposição de acompanhar as transformações da economia brasileira, numa inequívoca demonstração de uma sociedade rígida em suas estruturas e inapta à diversificação de seu aparelho produtivo. Em verdade, nada aponta nessa direção.

Os exames setoriais mostram igual tendência a um intenso dinamismo, conforme se vê na Tabela 2.

Tabela 2

Taxas setoriais de crescimento da economia do Rio Grande do Sul
e do Brasil — 1960-85

	(%)			
DISCRIMINAÇÃO	1960-70	1970-80	1980-85	1960-85
Agricultura				
RS (1)	6,9	3,8	3,9	5,0
BR (2)	3,1	5,5	3,8	4,2
Indústria				
RS (1)	5,1	14,7	-0,7	7,6
BR (2)	6,6	9,4	0,5	6,4
Serviços				
RS (1)	6,3	11,3	0,1	7,0
BR (2)	6,5	9,4	2,1	6,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: **Indicadores Econômicos** da FEE.
Fundação Getúlio Vargas.

NOTA: Cálculos elaborados pelo autor.

(1) As taxas do Rio Grande do Sul referem-se ao PILcf, com base nos **Indicadores Econômicos** da FEE. (2) As taxas do Brasil são relativas ao PIBpm, tendo por fonte a Fundação Getúlio Vargas.

Em nenhum setor, as taxas médias sul-rio-grandenses, nos 25 anos, foram menores do que as brasileiras, ainda que as alternâncias tenham sido grandes. As comparações com a agricultura são sempre precárias por causa da instabilidade provocada pelas variações climáticas. Nos últimos 15 anos, a agricultura gaúcha apresentou sete anos de taxas negativas, o que diz bem das suas dificuldades para manter uma oferta equilibrada. Aparentemente, foi devido a essa instabilidade que ela não registra a supremacia de ritmo dos anos 60, já que, de 1970 a 1985, sua taxa de 3,3% ficou abaixo dos 4,4% do País.

O que aparece claro relativamente aos outros dois setores, particularmente ao industrial, é a sua sensibilidade nas elevações e nas quedas dos ritmos da economia nacional. Nos momentos de queda, os setores gaúchos registram quedas maiores; nos momentos de ascenso, seus ritmos são mais intensos. Mostram-se menos resistentes na presença das desacelerações, ao mesmo tempo em que oferecem respostas mais fortes quando a economia brasileira retoma suas elevadas taxas. Mesmo as taxas agrícolas com tendência contrária não conseguem sustentar as quedas apresentadas. Aparentemente, na escala média da empresa gaúcha e na densidade de capital da unidade manufatureira, residem as explicações mais imediatas para o comportamento observado.

1.2 - Emprego

O movimento da economia gaúcha também pode ser visto pela variável emprego. Pelo menos nos 20 anos cobertos pelos censos de 1960, 1970 e 1980, o emprego no Rio Grande do Sul esteve em expansão a uma taxa média de 3% ao ano, taxa superior à do incremento populacional. Disso decorre ter-se elevado a relação emprego/população, passando de 32,7% em 1960 para 40,6% em 1980. Como o emprego brasileiro cresceu à taxa praticamente igual, 3,1%, as oportunidades ocupacionais no Estado não foram menores do que no Brasil. As taxas do período coberto pelos censos são as apresentadas na Tabela 3.

A forte queda no emprego agrícola do RS nos anos 70, influenciada, além de pela tendência brasileira, pelos cinco anos de taxas negativas, afetou a oferta de emprego total no período. Para ela concorreu ainda a menor absorção do setor serviços, o que foi uma constante ao longo dos anos. Os anos 70 também devem ter marcado uma maior capitalização da empresa gaúcha, tanto a industrial como a de serviços, revelada pelos acréscimos de Produto bem superiores aos que se verificam em seus níveis ocupacionais. A diferença de taxa de emprego entre o RS e o BR, de 8,0% e 7,1%, não condiz com a verificada no Produto, de 14,7% e 9,4% respectivamente. O mesmo se aplica aos serviços, cuja maior intensidade na expansão da produção não guarda correspondência com a evolução do emprego. Essa hipótese não invalida a anterior sobre a maior sensibilidade da empresa gaúcha nos momentos de baixa, por sua escala média e por sua densidade de capital. Os anos 70 podem apenas estar registrando um novo marco dessa característica.

A população do RS, que era 7,7% da população brasileira em 1960, baixou para 6,5% em 1980. Essa diminuição de 1,2 ponto percentual não encontrou correspondência no que se refere ao emprego, conforme pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 3

Taxas médias anuais de crescimento do emprego no Rio Grande do Sul
e no Brasil — 1960-80

C O N S U M I D O R E S

1960-80

(%)

PERÍODOS	AGRICULTURA		INDÚSTRIA				SERVIÇOS		TOTAL	
	RS	BR	RS		BR		RS	BR	RS	BR
			A(1)	B(2)	A(1)	B(2)				
1960-70	0,8	0,6	7,2	4,2	6,1	2,9	3,4	4,0	2,6	2,6
1970-80	-1,3	-0,3	8,0	7,7	7,1	6,4	5,4	5,5	3,3	3,6
1960-80	-0,3	0,2	7,6	6,1	6,6	5,0	4,4	4,7	3,0	3,1

(%)

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1960: Rio Grande do Sul (1960). Rio de Janeiro: IBGE.

CENSO DEMOGRÁFICO 1960: Brasil (1960). Rio de Janeiro: IBGE.

CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Rio Grande do Sul (1970), Rio de Janeiro: IBGE.

CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Brasil (1970). Rio de Janeiro: IBGE.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro: IBGE.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Brasil (1984). Rio de Janeiro: IBGE.

(1) Taxas com base nos Censos Demográficos. (2) Taxas com base nos Censos Econômicos.

Tabela 4

Participação do Rio Grande do Sul no emprego total
e na população do Brasil — 1960-1980

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA		SERVIÇOS	TOTAL	POPULAÇÃO
		Total	De Trans- formação			
1960	7,8	6,2	7,5	8,1	7,7	7,7
1970	8,0	6,9	8,3	7,6	7,7	7,2
1980	7,1	7,5	9,3	7,6	7,5	6,5

(%)

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE.

NOTA: Cálculos elaborados pelo autor.

Nesses 20 anos, foram criados 1.394.726 empregos no Rio Grande do Sul, mesmo levando em conta os 114.119 a menos na agricultura, o que significa cerca de 70 mil empregos novos anuais. Dentre os novos empregos, 43% foram gerados pela indústria, e os restantes 57% pela atividade terciária. No Brasil, para os 19 milhões de empregos criados, 41% deram-se na indústria e 59% nos serviços.

Relacionando as dinâmicas do Produto e do emprego, observam-se dois fatos essenciais. O primeiro é sobre a relação entre os ritmos, pois, para cada 1% de aumento do Produto, o emprego cresceu apenas 0,45% e 0,50% no RS e no BR respectivamente. O segundo refere-se à queda do coeficiente entre as duas décadas, nos dois setores e tanto no RS como no BR. Essa queda demonstra a maior intensidade de capital por trabalhador, que, ao elevar sua produtividade, diminui o insumo de trabalho por unidade produzida. Observa-se também que o coeficiente industrial é maior no RS do que no BR, traduzindo a maior capacidade de absorção de mão-de-obra no Estado. Não obstante, o coeficiente gaúcho entre as duas décadas aproximou-se mais do médio brasileiro, refletindo uma evolução de produtividade mais rápida. Quanto ao setor serviços, a experiência mostrou exatamente o contrário, com o RS mais capitalizado e aumentando a diferença em relação ao BR.

Essas relações mostram situações distintas entre o Estado e o País no concernente à absorção de mão-de-obra. No RS o Setor Terciário é relativamente menos absorvedor de mão-de-obra do que o Setor Secundário, enquanto no BR ocorre o inverso. A observação da última década evidencia que, para aumentar 1% no nível ocupacional do Estado, é necessário que seu Produto cresça 3,1%, percentual que, na média brasileira, não passa de 2,4%. Mesmo que essas relações se alterem, pode-se afirmar com relativa segurança que a geração de 1% de emprego reclama um Produto expandindo-se a cerca de 2,5% ao ano. A tendência é que essa relação aumente, pondo em evidência os desafios dos próximos anos.

Tabela 5

Elasticidade emprego-Produto no Rio Grande do Sul
e no Brasil — 1960-80

ÁREAS E PERÍODOS	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
Rio Grande do Sul			
1960-70	0,68	0,54	0,42
1970-80	0,54	0,48	0,32
1960-80	0,59	0,63	0,45
Brasil			
1960-70	0,56	0,62	0,43
1970-80	0,47	0,59	0,42
1960-80	0,48	0,69	0,50

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE.

NOTA: Cálculos elaborados pelo autor.

1.3 - Produtividade

Questão central no movimento de qualquer economia é a produtividade, porque não só reflete a combinação de fatores ocorrida como os próprios resultados dessa incorporação. A evolução do Produto está diretamente ligada à quantidade de fatores incorporados, ao seu emprego setorial e às formas ou proporções como eles se combinaram ao longo do período. O emprego traduz a incorporação do trabalho ao processo produtivo, porém a produtividade do homem empregado tem a ver com a dotação de capital enquanto meios de produção que lhe foi destinada, com o conhecimento e habilidades incorporadas em cada trabalhador e com a qualidade da organização que abrigou uns e outros. O conhecimento disponível entre nós ainda não permite uma aferição da contribuição de cada um desses fatores no desenvolvimento ocorrido, embora se possa inferir seu concurso pela evolução da produtividade.

No período que vai de 1960 a 1980, a produtividade gaúcha aumentou a uma taxa anual de 5,6%, o que significa dizer que cada trabalhador que produzia em média US\$ 1.998 (de 1985) passou a produzir US\$ 5.926. Como o emprego nesse período cresceu a 2,5% ao ano, o Produto pôde se expandir a 8,1%.¹ Se a produtividade permanecesse constante, o Produto não poderia crescer mais do que a incorporação da força de trabalho, a não ser por mudanças estruturais ou por fatores inteiramente aleatórios. Os que imaginam o RS como uma economia estancada deveriam atentar para o fato de que quase 70% do incremento do Produto se deve à incorporação de outros fatores produtivos que não apenas mão-de-obra, onde a acumulação de capital se faz sentir com grande força. Nesse mesmo espaço de tempo, a produtividade brasileira cresceu a 4,5% ao ano, a força de trabalho a 2,7%, e o Produto, como consequência, a 7,2%.

A velocidade com que os ganhos de produtividade se fizeram sentir no RS colocou o Estado com uma vantagem de 22% sobre o Brasil (US\$ 4.866), embora tenham partido de um valor equivalente de US\$ 1.998 e US\$ 2.015, respectivamente, em 1960. Essa vantagem foi claramente adquirida na década de 70, com uma taxa 38% superior à brasileira (7,2% e 5,2%), pois, na década anterior, suas evoluções foram praticamente iguais. Algumas atuações setoriais devem ser lembradas, como é o caso da indústria nos anos 70, com uma taxa quase três vezes maior, recuperando-se da registrada na década anterior, com sua produtividade subindo 32% menos. É importante ressaltar também que o setor agrícola foi o que alcançou a mais alta taxa de aumento de produtividade, tanto no RS como no BR. Dos ritmos modestos dos anos 60 arrancaram para ganhos de eficiência de grande significado nos anos 70 — o Estado com taxa média de 9,9% e o País com 11,6% ao ano —, o que bem mostra o grau de inovações e de capitalização a que estiveram expostos.

Em razão das velocidades setoriais distintas, as relações de produtividade alteraram-se entre as diversas ocupações, tendendo, a longo prazo, a uma aproximação entre todas. Os 20 anos observados mostram o exposto na Tabela 6.

¹ A taxa média do Produto para 1960-85 é de 6,6% a a., o que mostra como ela é afetada pela baixa taxa de 0,5% a.a. do período 1980-85

Tabela 6

Produtividade da mão-de-obra em relação ao setor industrial
no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1960-1980

DISCRIMINAÇÃO	1960	1970	1980
Rio Grande do Sul			
Indústria	100	100	100
Agricultura	29	21	37
Serviços	63	67	75
Brasil			
Indústria	100	100	100
Agricultura	13	6	15
Serviços	49	35	40

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE.

NOTA: Cálculos elaborados pelo autor.

No Rio Grande do Sul, a evolução fez-se com o setor agrícola e o Terciário diminuindo as distâncias relativamente à indústria. Sobretudo na agricultura, a diferença ainda é muito grande, uma vez que sua produtividade é 2,7 vezes menor do que a industrial, embora já o tenha sido 3,5 vezes em 1960.

Alarmantes são as médias brasileiras, onde, por exemplo, um homem ocupado no Setor Primário produzia apenas 15% do produzido pelo homem da indústria; o do setor serviços era 2,5 vezes menos produtivo.² Embora as grandes diferenças encontradas de país para país, os dados, de maneira geral, apontam a agricultura dos países desenvolvidos com produtividade superior a 50% em relação à industrial, ainda que alguns, como Alemanha e Japão, andem por volta dos 35%. Por outro lado, os países em desenvolvimento tendem a apresentar produtividade agrícola inferior a 40%, destacando-se a Argentina (mesmo em termos mundiais), com uma produtividade agrícola de 95% da industrial.³ A experiência mostra que são raros os casos onde a produtividade terciária é maior do que a industrial (Inglaterra, Suécia), sendo raro também que ela seja menor que 80%, no que a Argentina é uma exceção com seus 41%.

As relações de produtividade setorial entre o Rio Grande do Sul e o Brasil, considerando os Produtos brasileiros iguais ao Índice 100, são as apresentadas na Tabela 7.

² O Banco Mundial dava para 1982 a relação de 32% para a agricultura e 87% para os serviços, assemelhando-se, portanto, às relações gaúchas.

³ Alguns exemplos tirados do **World Bank Atlas** de 1982 ilustram a questão, referindo-se o primeiro coeficiente ao setor agrícola, e o segundo, ao Setor Terciário: Reino Unido, 77 e 107; Japão, 36 e 77; França, 49 e 89; Alemanha, 35 e 35; EUA, 75 e 79; Suécia, 55 e 110; Itália, 51 e 84; Espanha, 40 e 94; Índia, 25 e 81; Portugal, 41 e 86; Argentina, 95 e 41; Iugoslávia, 31 e 85.

Tabela 7

Produtividade do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil — 1960-1980

DISCRIMINAÇÃO	1960	1970	1980
Agricultura	157	211	181
Indústria	69	58	72
Serviços	89	110	134
Total	99	101	122

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE.

NOTA: Cálculos elaborados pelo autor.

A grande vantagem gaúcha encontra-se na agricultura, com uma produtividade que, mesmo tendo sido o dobro da nacional, ainda se mostra superior em 81%. Em contrapartida dessa vantagem, há a produtividade da indústria, 28% inferior à produtividade média nacional. Se for considerada a produtividade de ponta, particularmente da indústria do centro dinâmico situado no Leste, a distância mostrar-se-á bem superior. Esse é um traço da evolução sul-rio-grandense a merecer destaque, porque, se o Estado apresenta taxas elevadas de crescimento de seu Produto e uma absorção de mão-de-obra bastante intensa, vem praticando uma combinação de recursos produtivamente inferior à média nacional. É verdade que essa inferioridade vem se abrandando face à evolução mais rápida de sua produtividade, porém essa é uma questão da mais alta importância para o seu porvir.

Elemento que reforça essa constatação encontra-se na potência instalada por trabalhador (CV/trabalhador) como indicador indireto de meios de produção à disposição de cada um. No Censo Industrial de 1980 (1984) aparece o Brasil com a média de 6,31, cabendo ao Rio Grande do Sul 4,64, ou seja, 26% a menos do que a média nacional. Interessante na evolução ocorrida é que a potência instalada no RS cresceu tanto quanto a brasileira, pois, tanto em 1959 como em 1980, o percentual de participação foi o mesmo, 6,9%. Contudo, como seu contingente de mão-de-obra aumentou de 7,5% para 9,3%, resulta ainda menor sua densidade de potência por homem ocupado. Comparações com outros estados em 1980 resultam em: São Paulo, 6,60; Rio de Janeiro, 6,78; Minas Gerais, 7,09; Paraná, 7,10; Santa Catarina, 3,47. Outra constatação relevante é que os gêneros industriais de maior produtividade são também os de maior potência instalada por trabalhador, tais como química; borracha; papel e papelão; fumo; bebidas; e madeira.

Como é possível conciliar uma produtividade industrial média gaúcha que se expande mais rapidamente do que a nacional com uma potência por trabalhador que termina se elevando menos do que a do País? Os gêneros referidos acima, que também tiveram um aumento de potência muito superior à média estadual e contam com uma produtividade superior ao dobro da do parque industrial, aumentaram sua participação

no Produto de 17,6% para 22,5%, o que deve ter contribuído nos resultados finais de produtividade. Esses gêneros contaram com 33% do acréscimo da potência expandida contra apenas 10% do acréscimo da força de trabalho, o que lhe confere *per se* um perfil produtivo três vezes superior ao médio. Em verdade, houve uma forte concentração de capital nesses gêneros, e provavelmente seja ela que esteja influenciando a produtividade média. Não se pode descartar o fato de que ganhos de eficiência também podem se originar da introdução de práticas organizacionais e de gestão relativamente independente de capital, ou que têm lugar só a partir de determinadas densidades de capital, tornando a produtividade não inteiramente proporcional ao mesmo. Isso se vê claramente nos anos 70, justamente nos gêneros em questão, quando a taxa de aumento da potência por trabalhador, cerca de 6%, é menor do que a taxa de produtividade desse mesmo trabalhador, em torno dos 8%.

As diversas formas de combinação de fatores refletem-se nos resultados finais da economia sob dois aspectos. O primeiro, pelas mudanças dentro de cada setor, traduzidas concretamente pelas produtividades referidas; e o segundo, pelas mudanças intersetores, onde o simples peso relativo de cada um, na medida em que suas taxas de crescimento não são iguais, produz resultados diferentes. Esse é um elemento importante a ser considerado mais adiante, quando da análise estrutural da economia gaúcha.

1.4 - Migração

Aspecto que chama a atenção de qualquer analista são as migrações sul-rio-grandenses em direção a outras terras. Elas são tomadas como um indicador negativo e lembradas sempre como sintoma de que o quadro não vai bem. Quando se olha a economia no movimento de seus últimos 25 anos e, ao contrário do que se diz, se constata seu dinamismo e vitalidade, a questão migratória não pode ficar à margem de explicações, porque se efetiva numa área de forte incorporação de fatores produtivos, de crescentes ganhos de produtividade e de renda *per capita* superior à média nacional.

Desde logo, é bom não perder de vista que o RS, desde as primeiras décadas deste século, foi área de cessão de recursos humanos a outros territórios brasileiros. O RS teve uma função de povoamento muito importante para o País e o fez com naturalidade, sem traumas e sem deixar atrás de quem partia um quadro desolador e sem perspectivas. Repete-se aqui o mesmo processo europeu a respeito de sua periferia americana, onde as profundas mudanças com a Revolução Industrial permitiram grandes migrações sem prejudicar seu nível de produção e seu quadro social.

O que dita a migração sul-rio-grandense é o desequilíbrio terra-homem, na medida em que a maior disponibilidade deste face aos ganhos de produtividade e ao próprio crescimento vegetativo da população não permite a reprodução do modo de produção tal como se fez no primeiro momento. O tamanho do Estado e as limitações institucionais da propriedade impediam que a combinação inicial terra-homem tivesse continuidade dentro do seu território. Ela, em verdade, se faz, porém, em outras áreas, numa expansão que ainda dura por todo o País.

A diferença fundamental entre a migração gaúcha e a nordestina, por exemplo, é que aquela traduz o deslocamento de um modo de produção, enquanto esta tem um caráter exclusivamente proletário. Naquela, é o homem e os meios de produção que seguem juntos; nesta, é apenas o homem em busca de emprego. Quando ainda hoje

80% da força de trabalho no campo está empregada dentro de relações familiares de produção (modo mercantil), em propriedades de até 50ha e onde a maior parte da produção se dá em seus redutos, é fácil entender a natureza da migração havida.

A quanto montou a saída de população sul-rio-grandense nesse quarto de século observado? Provavelmente entre 1,1 e 1,8 milhão de pessoas, variando numa média anual de 44 a 75 mil. Dois fatos marcam esse movimento populacional. Nos anos 60, a agricultura sulina teve um desempenho bem superior à média nacional e, em que pese aos ganhos de produtividade, apresentou uma absorção de mão-de-obra superior à do País. Nos anos 70, ao contrário, seu desempenho econômico foi marcadamente inferior, estimulando uma forte saída de gente do campo. Com a indústria ocorreu fato semelhante, porém na década de 60, afetando sensivelmente o crescimento urbano.

É preciso ter presente que, mesmo quando a agricultura apresenta ritmos econômicos elevados, ela não consegue gerar os empregos necessários para reter sua força de trabalho adicional. A diferença entre a taxa de crescimento da população e a taxa da população rural, mais do que diferenças de natalidade e mortalidade, revela a própria incapacidade de a agricultura gerar postos de ocupação para todos. Por essa razão, o setor apresenta um fluxo permanente de saída, constituindo-se no elemento alimentador do processo de urbanização. Do ponto de vista regional, há duas considerações a fazer. A primeira é a de que a velocidade de saída pode ser maior do que a média do País, pondo em evidência circunstâncias locais diferenciadas, sobretudo pela relação terra/homem e pelos ganhos de produtividade. A segunda prende-se ao fato de a emigração rural poder ser retida na própria região por um intenso processo de urbanização, ou seja, por um processo de industrialização.

O Rio Grande do Sul contou com forças de saída da agricultura mais intensas do que as do País em função de seu ritmo, de suas inovações e de sua disponibilidade de terra. A impossibilidade de oferecer maior retenção no Estado deve-se à menor industrialização da década de 60. Isso se vê nos anos 70, quando a expulsão do agricultor no RS se fez a uma taxa 3,5 vezes maior, e a população total cresceu a uma taxa apenas 40% inferior à nacional. Nessa década, o setor industrial reagiu, arrastando o Terciário a taxas mais elevadas; enquanto no Brasil o ritmo de urbanização caiu de 5 para 4,4% ao ano. O resumo dessas relações pode ser visto na Tabela 8.

Cabe, por fim e mais uma vez, assinalar que as migrações gaúchas têm a ver com um quadro de intenso dinamismo e de profundas inovações. Não se trata de um excedente humano determinado por um quadro de estancamento. São bem mais fruto de desequilíbrios a nível de fatores que se agudizam pela incessante busca de novos níveis de produção. As inovações e as produtividades decorrentes respondem pela inconformidade de aceitar as limitações dos fatores de produção. As combinações de fatores encontradas ao longo dos anos tentaram se ajustar ao fator mais limitante — a terra —; resultando como contrapartida o fator mais abundante — o homem. É conveniente destacar o homem que sai equipado, e que, por isso, pode exercer a função de povoamento em outros territórios, do homem sem meios de produção, que termina engrossando as favelas urbanas. Aquele compõe o fluxo rural—rural; este, o rural—urbano.

Tabela 8

Taxas demográficas do Rio Grande do Sul e do Brasil — 1950-80

PERÍODOS	RURAIS		URBANAS		TOTAIS	
	RS	BR	RS	BR	RS	BR
1950-60	0,9	1,6	5,6	5,5	2,7	3,2
1960-70	0,4	0,5	3,8	5,0	2,1	2,9
1970-80	-2,1	-0,6	4,0	4,4	1,5	2,5

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1950: Brasil (1956). Rio de Janeiro: IBGE.
 CENSO DEMOGRÁFICO 1950: Rio Grande do Sul (1956). Rio de Janeiro: IBGE.
 CENSO DEMOGRÁFICO 1960: Rio Grande do Sul (1960). Rio de Janeiro: IBGE.
 CENSO DEMOGRÁFICO 1960: Brasil (1960). Rio de Janeiro: IBGE.
 CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Rio Grande do Sul (1970). Rio de Janeiro: IBGE.
 CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Brasil (1970). Rio de Janeiro: IBGE.
 CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro: IBGE.
 CENSO DEMOGRÁFICO 1980: BRASIL (1984). Rio de Janeiro: IBGE.

1.5 - Acumulação

Embora as estimativas do valor do capital não existam, tendo-se até agora dado escassa importância à sua quantificação, é possível algum tipo de aproximação que revele uma ordem de grandeza do mesmo. O capital produtivo responde pela capacidade instalada de produção de bens e serviços, e sua revelação guarda o sentido de mostrar o esforço despendido ao longo dos anos para assegurar sua constante ampliação. Trata-se de um dos tantos dados-síntese de uma economia a expressar a sua evolução. É possível para o Rio Grande do Sul pensar-se nas cifras⁴ expostas na Tabela 9.

Provavelmente, o capital acumulado no Rio Grande do Sul tenha dado um salto considerável nesse quarto de século, aumentando mais de cinco vezes seu montante. O capital agrícola quase dobrou; o industrial elevou-se 10 vezes, o que bem mostra o que foram os investimentos aplicados no setor; e o terciário, igualmente, cresceu mais de cinco vezes. Isso representou um investimento médio anual de US\$ 2,5 bilhões, o que dá bem uma idéia da escala dos recursos mobilizados. Do acréscimo de US\$ 63,4 bilhões, 7% foram

⁴ Partindo do Produto e da relação Produto/capital de 0,33, admitiu-se para os valores setoriais a mesma diferença de sua produtividade em relação à média estadual. Ver, a respeito, Cláudio Francisco Accurso (1983).

para agricultura, 36% para a indústria e 57% para os serviços. Graças a essa considerável acumulação de capital, mudou sensivelmente a sua dotação por homem empregado.

No conjunto da economia, aumentou três vezes o capital por trabalhador, embora em nenhum setor o aumento tenha chegado a tanto. Fruto das mudanças estruturais, onde o setor industrial com sua maior densidade ganhou peso relativo, a geração de emprego no Rio Grande do Sul passou para um patamar incomparavelmente superior. O campo, por exemplo, que tem sua força de trabalho reduzida, foi mais do que compensado pela nova densidade de capital, quando sua produtividade aumentou cerca de 90%.

Tabela 9

Evolução do capital do Rio Grande do Sul — 1960-1988
(US\$ bilhões de 1985)

ANOS	CAPITAL TOTAL	CAPITAL AGRÍCOLA	CAPITAL INDUSTRIAL	CAPITAL NOS SERVIÇOS
1960	15,6	5,1	2,5	8,0
1985	79,0	9,5	25,3	44,2
1988	86,1	10,3	27,6	48,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE.

NOTA: Cálculos elaborados pelo autor.

Tabela 10

Capital por emprego no Rio Grande do Sul — 1960 e 1985

ANOS	CONJUNTO DA ECONOMIA		AGRICULTURA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS	
	Valor (US\$ mil de 1985)	Índice	Valor (US\$ mil de 1985)	Índice	Valor (US\$ mil de 1985)	Índice	Valor (US\$ mil de 1985)	Índice
1960	9 171	100	5 290	100	19 084	100	13 201	100
1985	27 488	300	10 845	205	52 929	277	29 079	220

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE.

NOTA: Cálculos elaborados pelo autor.

A forte acumulação industrial traduz um grande giro em sua composição produtiva e a emergência de gêneros mais exigentes quanto a recursos. Como atrás desses recursos estão técnicas, processos e escalas de outra natureza qualitativa, a acumulação também revela o surgimento de uma outra economia. É evidente que uma economia industrial de US\$ 53 mil por empregado pouco tem a ver com outra de US\$ 19 mil. Seus conteúdos são inteiramente diversos, e sua coexistência, enquanto perdura, apenas mostra a transitoriedade da velha economia gaúcha para uma outra de cunho moderno. Essa modernidade a partir do setor industrial tende a arrastar os demais, mesmo quando, por um certo período, possam ocorrer distanciamentos entre eles. Entre 1960 e 1985, a diferença de produtividade entre agricultura e indústria caiu de 32% para 20%, assim como também caiu a dos serviços, de 68% para 55%, refletindo as velocidades de acumulação mostradas acima. Como a tendência é de estreitamento das produtividades setoriais, as diferenças encontradas na economia sul-rio-grandense podem ser apenas o prenúncio de maior acumulação e modernidade nos setores defasados.

Como as diferenças de produtividade não são só devidas às densidades de capital por setor, as estimativas calcadas nessa hipótese ficam vulneráveis quanto à maior precisão. Não obstante, são aproximações não desprezíveis, que dão idéia da grandeza dos estoques de capital disponíveis, porque, mesmo que outros fatores concorram para a produtividade, não há dúvida de que sempre estão associados a graus diversos de capitalização.⁵ É preciso pontualizar, em suma, que o desenvolvimento observado não é fruto de mera ocorrência, ao contrário, tem atrás de si uma deliberada intenção de investimentos incessantes e de um permanente esforço por ampliar a capacidade produtiva instalada. Ao longo do período observado, os investimentos mantiveram-se em torno dos 20% do Produto regional, coeficiente expressivo tanto em termos de experiência nacional como da de outros países em períodos longos. Realce também merece o fato de que o concurso de capital estrangeiro foi de pouca monta, processando-se a acumulação maiormente apoiada em recursos locais e nacionais.

1.6 - A abertura da economia

Traço distintivo da evolução gaúcha é o da sua abertura crescente para os mercados fora de suas fronteiras, sejam nacionais, sejam estrangeiros. Nos anos 60, de cada 100 unidades monetárias produzidas, 33 unidades eram destinadas a atender a necessidades de outros estados ou do Exterior; em 1985, esse valor subiu para 57 unidades monetárias, o que significa dizer que mais da metade do que produz depende de consumidores distantes. Suas mudanças estruturais têm muito a ver com isso, porque, graças aos mercados que vieram se somar ao seu, foi possível encontrar poder de compra com capacidade de lhe dar suporte. Basta atentar para o fato de 63% de

⁵ No período de 1921 a 1953, a produção nos EUA variou 168%, enquanto o estoque de capital foi acrescentado de 73%, e o emprego, de 68%, evidenciando ganhos de produtividade muito acima da intensidade de capital ocorrida. Ver Lawrence R. Klein (1962, p. 103).

seu Produto adicional ter sido destinado a mercados forâneos, para se ter uma idéia precisa do papel que os mesmos jogaram na dinâmica desses 25 anos.

A abertura de uma economia é fato normal no processo de desenvolvimento, sobretudo de uma região cuja constelação de recursos é sempre menor do que a de um país, não contando com instrumentos de política econômica com poder de artificializar condições para seus investimentos. Quanto menor o espaço em referência, maior será seu grau de abertura, porque mais se faz necessária sua inserção em mercados mais amplos e porque também mais necessita de complementaridades. Os fatores empregados no atendimento desses mercados não teriam outra utilização com rentabilidades superiores, pois, caso contrário, já o teriam feito. Concorrem para isso não só vantagens inerentes à sua constelação de recursos, como escalas de operação com custos menores e maiores excedentes. Por outro lado, essa abertura obriga-o a uma maior eficiência, face à competitividade mais intensa nos mercados em que penetra, e o expõe a um referencial de aperfeiçoamento bem superior ao existente em mercados circunscritos e limitados.

A forte mudança de produtividade que o RS registrou não teria acontecido sem essa inserção, mas também foi graças a ela que a economia gaúcha logrou condições para se expor a uma competição em mercados maiores e mais densos. Não só se expor como vencer, já que sua abertura é cada vez maior. Numa economia de mercado, é dele que vêm os estímulos para a alocação de recursos, o que, desde logo, torna estéril toda indagação sobre alocações alternativas. Quem não for capaz de se adaptar ao mercado, simplesmente tem que abandonar a arena dos empreendimentos lucrativos, o que obriga, por exemplo, a ver a abertura da economia sul-rio-grandense não como uma opção, mas como uma adaptação de seu aparelho produtivo às condições vigentes de mercado. Quando as condições para crescer lhe foram dadas pelo mercado, não lhe faltou competência para combinar seus fatores como nunca havia feito antes em direção a exigências inexploradas. E o fez bem, muito bem, o que é atestado por seus ritmos, suas transformações estruturais, sua acumulação e a complexidade crescente de sua produção.

Os que temem por essa inserção, tendo em vista a pouca influência sobre mercados forâneos, devem lembrar que nenhum mercado local pode substituí-los e que sua instabilidade não vem do fato de serem forâneos ou distantes, mas simplesmente por serem mercados, ou seja, campo de forças pessoais e aleatórias. Essa natureza não se modifica por ser mercado nacional ou internacional, sendo apenas minimizado por graus distintos de monopólio. Ai a questão já é outra, embora se reconheça que é mais fácil chegar a situações monopólicas em mercados menores do que nos grandes mercados. Situações como essas, contudo, só se fazem presentes em condições de baixa produtividade, sem qualquer interesse para o processo de acumulação. Aliás, não existe situação mais estável do que a do produtor de subsistência, fora do mercado, sem perturbações dos desencontros de oferta e demanda. Também não existe produtor mais miserável! Não há de ser por acaso que os grandes fluxos de comércio internacional se fazem entre os países mais avançados e de mais alta produtividade, sendo de menor monta as relações entre eles e os países subdesenvolvidos ou as existentes entre estes.

Essas observações se fazem necessárias para um pleno entendimento da abertura econômica do RS, fenômeno de alto significado para seu comportamento até aqui e sem dúvida para suas perspectivas. Relacionando-se as exportações e importações com seu Produto regional, chega-se aos coeficientes expostos na Tabela 11.

Tabela 11

Coeficiente de abertura da economia gaúcha — 1960-1985

ANOS	EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES		
	Total	Mercados Nacionais	Mercados Externos	Total	Mercados Nacionais	Mercados Externos
1960(1)	33	30	3	31	25	6
1970(1)	38	29	9	33	25	8
1980(1)	54	42	12	55	44	11
1985(2)	57	41	16	46	43	3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Manoel Marques Leite (1985).
Secretaria da Fazenda.
FEE.

(1) Dados retirados de Manoel Marques Leite (1985), embora para os anos de 1970 e 1980 tenham-se tomado os coeficientes de 1969 e 1979 respectivamente. (2) Os coeficientes foram estimados com base em informações da Secretaria da Fazenda e da FEE, usando-se a conversão Cz\$/US\$ de 6,08.

As relações acima marcam as seguintes características em termos de relações externas: (a) grau de abertura crescente; (b) forte peso dos mercados nacionais; (c) maior velocidade dos mercados externos; (d) balança comercial superavitária, invertendo-se a relação com os mercados nacionais nos anos 80.

Dado o grau de abertura, não há dúvida de que praticamente quase toda indução teve origem exogenamente, se se tem em conta que o investimento autônomo (governamental mais o de inovação) dificilmente tenha passado dos 10% do Produto. Se não tivesse ocorrido essa abertura, o RS não poderia ter desfrutado de suas taxas de crescimento, porque não teria qualquer outra fonte com capacidade de detonar a mesma intensidade de estímulo. Como o RS sempre foi mais ligado aos mercados nacionais do que aos externos, variando sua proporção desde 1/10 até 1/2,6, foi daqueles que mais receberam sua indução, o que faz transparecer claramente suas vantagens de estar integrado a um mercado amplo como o brasileiro. Outrossim, com o estancamento da economia nacional **nessa década**, pois de 1980 a 1985 cresceu apenas 6,9%, com sua renda *per capita* ficando 4,1% abaixo da do ano-base, o RS foi buscar no Exterior o que passou a lhe faltar internamente. Daí seu grau de abertura para o Exterior ter aumentado bastante nos últimos cinco anos, tornando-o maior do que o do País. Nessas condições, seus maiores incentivos vêm dos mercados nacionais; porém são cada vez mais acentuados os que se originam internacionalmente. Como, de maneira geral, os mercados nacionais estão submetidos à mesma política econômica e flutuam

segundo os mesmos impulsos, dificilmente podem compensar a desaceleração de uma ou outra economia regional. Particularmente, é pouco provável que aquelas que já contam com produções diversificadas e com relações densas e complexas ao longo do território possam ficar à margem do ciclo econômico nacional. Assim, a abertura para o Exterior foi a única forma que restou ao RS para reparar a perda de dinamismo da economia brasileira dos anos 80, só não tendo revelado maior proveito face às fortes quedas agrícolas de 1982 e 1984.

A contrapartida de seu grau de abertura está em suas importações, cujo volume se aproximou do das exportações, embora não ratificado em 1985. Também nas importações, sua parcela majoritária vem dos mercados nacionais, tendo inclusive diminuído consideravelmente a que corresponde às importações estrangeiras. Uma singularidade apresentam as importações gaúchas em relação a suas origens, porque, ao contrário das exportações, é dos mercados nacionais que sua dependência cresceu mais, revelando outra vantagem de pertencer a um país com adiantados segmentos industriais. Não estivesse o RS integrado ao BR, de onde sairiam os recursos para sua complementação e para a sustentação de seu nível de emprego e de Produto? Mesmo que o Estado importasse do Exterior tudo que exporta, ou seja, 16% do Produto, ainda ficaria faltando 30% do mesmo Produto para completar suas necessidades. Em outras palavras, seria impossível manter seu atual nível de atividades.

Finalmente, cabe comentar a questão dos superávits, tendo presente que se trata de superávits comerciais que podem ou não ser confirmados quando se levam em conta os demais itens do balanço de pagamento, sobretudo serviços e movimento de capitais. Do ponto de vista puramente quantitativo, trabalhar com superávits líquidos significa financiamentos a terceiros, ou seja, significa trabalhar com uma disponibilidade de bens e serviços menor do que poderia pelo seu nível de produção, afetando o consumo ou os investimentos. Mas também trabalhar com superávits é admitir pressões de preços acima da média, traduzindo um componente a mais na taxa de rentabilidade, o que só pode ser estimulante aos investimentos. Esse é um mecanismo que bem pode ter afetado os ritmos da economia gaúcha durante algum tempo.

Contudo o estímulo dos preços via superávit só se efetiva no caso de os recursos financeiros ficarem gravitando em torno da economia estadual, porque, uma vez deslocados para outros mercados, os efeitos prováveis cessariam. Como muitas empresas gaúchas se expandiram fora do RS e como a corrente emigratória se fez acompanhar de capital, é provável que a falta de evidência quanto aos preços se reflita apenas na transferência de recursos para outras áreas. A prevalecer essa hipótese, os superávits pouco ajudaram a economia, porque a submeteram a operar com menores recursos do que os produzidos por ela.

Claro é o fato de o RS ser grande produtor de divisas do País, pois, durante todo o período, apresentou uma exportação sempre maior do que as importações.⁶ Particularmente de 1980 para cá, essa tendência tem se acentuado. As relações interestaduais, a não ser nos anos 80, sempre se mostraram superavitárias, invertendo-

⁶ Nem sempre foi assim, pois no período de 1949 a 1960 apresentou déficits, embora de 1939 a 1948 tenha registrado superávits. Essas alternativas comportariam investigação à parte.

-se a tendência nesse período mais recente. Cerca de 23% dos excedentes gerados no comércio com o Exterior foram utilizados para sustentar as importações dos mercados nacionais no período 1980-85, confirmando a maior dependência da oferta de bens e serviços locais dos fornecedores dos demais estados.

Ao lado da questão quantitativa das relações externas da economia gaúcha, cabe algum comentário sobre sua composição. Infelizmente, não existem informações estatísticas que permitam uma consolidação da pauta de exportação e importação do RS durante o período estudado, uma vez que os dados sobre o comércio internacional são de absoluta precariedade. Há elementos esparsos, contudo, que dão alguma indicação sobre as mudanças ocorridas. No período de 1960 a 1969, as matérias-primas e os gêneros alimentícios ocuparam de 99% a 81% das exportações, sempre com predominância maior no comércio internacional. Produtos como o pinho, o fumo, a lã e as carnes tinham grande relevância nas transações, aparecendo, no final dos anos 60, com destaque o complexo soja e seus grãos, farelo e óleo. Em 1969, esse complexo já atingia mais de 20% da pauta para o Exterior, pondo em evidência sua rápida expansão. Há produtos que figuraram com algum destaque apenas para os mercados nacionais, tais como banha, vinhos e arroz, dado o pouco interesse no Exterior pelos mesmos. Desde meados da década de 70, é possível acompanhar as mudanças da pauta através de grandes agregados, tais como os que compõem a Tabela 12.

Não se pode reproduzir o mesmo quadro para o comércio interestadual; porém como nos anos anteriores a incidência dos produtos primários era maior no comércio externo do que no interno, pode-se supor que a evolução nesse período tenha seguido a mesma tendência. A tendência é claramente em direção aos produtos industrializados, onde os manufaturados já atingiram, no ano de 1985, quase a metade das exportações. Os produtos primários, em apenas 12 anos, caíram de 75% para 39% do total do comércio internacional, fato que assume importância ao se levar em conta que o volume de transações aumentou quase cinco vezes nesse período.

Nas operações interestaduais há um indicador dessa mesma mudança, quando os bens originários das indústrias gaúchas passaram de 75% para 82% do total comercializado de 1975 a 1985 (Relat. Estat. Econ.-Fisc. 1975/1985, 1981/1988). Mesmo no seio da própria indústria de transformação, detecta-se a presença cada vez maior de bens das indústrias dinâmicas, refletindo os ajustes por que vem passando o aparelho produtivo sul-rio-grandense. A indústria de transformação concorreu (1986) com 68% da pauta para os mercados nacionais, destacando-se entre seus itens principais⁷ os arrolados na Tabela 13.

Duas observações colocam-se através da análise desses dados. A primeira prende-se ao dinamismo das próprias pautas, onde os mercados abriram oportunidade para uma habilitação aos produtos que foram sendo acrescidos ao elenco tradicional. Com isso, também o RS encontrou maior base para suas transformações e uma considerável fonte de estímulos para lhe dar continuidade. A segunda é relativa à pauta para os mercados nacionais em relação à pauta para os mercados externos; aquela é mais densa de produtos industrializados e acolhedora dos gêneros que integram a vanguarda da industrialização gaúcha, o

⁷ Essa composição se refere ao ano de 1988

que revela maior facilidade para as vendas dentro do País do que no Exterior. Isso parece óbvio; porém seguidamente essa obviedade é esquecida quando se ignoram as vantagens de se estar unido a um país como o Brasil e se imagina conveniente fechar a economia regional.

Tabela 12

Composição das exportações gaúchas para o Exterior — 1973-1985

(%)

ANOS	PRODUTOS BÁSICOS	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS			OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
		Total	Semimanufaturados	Manufaturados		
1973	74,9	24,7	5,7	19,0	0,4	100,0
1980	48,7	50,1	13,3	36,8	1,2	100,0
1985	38,5	60,3	13,1	47,2	1,2	100,0

FONTE: FEE.

Tabela 13

Participação de ramos e gêneros industriais na pauta de produtos gaúchos exportados para mercados nacionais — 1988

(%)

RAMOS E GÊNEROS	PARTICIPAÇÃO	RAMOS E GÊNEROS	PARTICIPAÇÃO
Ramos dinâmicos		Ramos tradicionais	
Metalúrgica	10,1	Calçados	12,8
Mecânica	16,2	Alimentação	9,8
Material de transporte	9,1	Bebidas	4,2
Química	4,2		
Matérias plásticas	4,8		
TOTAL	44,4	TOTAL	26,8

FONTE: FEE.

NOTA: Cálculos elaborados pelo autor.

Combinando-se os dois efeitos, o de uma abertura cada vez maior e o da transformação de pautas em direção aos bens de maior densidade econômica e portadores de dinamismo mais intenso, tem-se uma clara explicação das forças que compuseram o carro-chefe do desenvolvimento gaúcho. Tirem-se esses dois efeitos da história recente do RS e a própria história desaparece.⁸

As importações gaúchas mereceriam um exame demorado para se identificarem a dinâmica de suas composições, as funções complementares que cumprem enquanto bens de consumo, insumos e bens de capital e, finalmente, seus aspectos quantitativos como elemento de filtração da demanda local. A inexistência de base empírica razoavelmente organizada impede qualquer pretensão nesse campo.

Algumas informações isoladas permitem formar uma idéia da composição predominante das importações. Com os dados dos fluxos de saída e entrada de produtos interestaduais por categorias de seus agentes (Relat. Estat. Econ.-Fisc. 1975/1985, 1981/1988), é possível chegar-se a estrutura apresentada na Tabela 14.

Tabela 14

Fluxos interestaduais do Rio Grande do Sul — 1975-85

ATIVIDADES ECONÔMICAS	(%)			
	1975-79		1980-85	
	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas
Culturas ou produção agropecuária	0,6	-	1,3	-
Produção extrativa mineral	-	-	-	0,1
Indústria de transformação	71,5	34,7	69,8	28,2
Indústria de beneficiamento	10,2	4,1	12,9	3,5
Indústria de montagem	0,8	0,9	0,5	0,4
Indústria de acondicionamento e/ou recondicionamento	0,2	0,1	0,1	0,1
Comércio atacadista	13,4	13,2	11,6	41,1
Comércio varejista	3,0	35,0	3,4	24,8
Serviços	0,3	2,0	0,4	1,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE.

NOTA: 1. Médias por períodos.

2. Cálculos elaborados pelo autor.

⁸ O RS já tinha em 1962 elaborado seu balanço de pagamento, cobrindo os anos de 1958, 1959 e 1960, pelo trabalho dos Professores da UFRGS/IEPE José Truda Palazzo, Jorge A. Bermejo e Jorge B. Miranda e por contrato com o Governo do Estado. Em 1985, outro professor da UFRGS, Manoel Marques Leite, não conseguiu senão a balança comercial para alguns anos, com limite em 1979, face às dificuldades de informação. De lá para cá, a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, que anualmente elabora, entre tantas outras publicações, o desempenho do ano, sequer a balança comercial tem logrado produzir, o que bem mostra a pouca importância que o assunto tem merecido de seus analistas.

As mesmas indústrias que exportam cerca de 83% importam entre 30 e 40%, o que significa, provavelmente, insumos e bens de capital sem a mediação comercial de atacado ou varejo. O grosso importado — 66% (1980-85) — chega através de canais comerciais, podendo tanto representar meios de produção adquiridos por compradores isolados como bens de consumo final, cuja aquisição só pode ser realizada por redes de revenda. Os bens de consumo duráveis, com destaque para automóveis e eletrodomésticos, devem ocupar papel saliente nessas importações. Outro item de grande vulto é o dos energéticos, uma vez que tanto os combustíveis líquidos como a energia elétrica (ambos não apreendidos pelo ICM e, portanto, fora dos dados da Secretaria da Fazenda) têm parte de sua oferta atendida com importações de outros estados.

2 - Funcionamento da economia

2.1 - Os estímulos autônomos

O movimento da economia gaúcha visto pelos diversos elementos descritos na seção anterior permite sintetizar os mecanismos pelos quais é possível captar o funcionamento da mesma. Não há dúvidas quanto ao papel de seu setor externo, elemento decisivo de seu ritmo e de sua transformação. Como os ritmos das exportações independem da economia local, dependendo dela apenas a satisfação ou não dos mesmos, é neles que se podem identificar os impulsos independentes e com capacidade de arrasto da economia sul-rio-grandense. Começemos por suas intensidades nos diversos momentos dos 25 anos analisados.

Coloquemos lado a lado as taxas do PIB estadual e as das exportações gaúchas para efeito de comparação.

Em todo o período, as taxas das exportações mostraram-se superiores às do Produto. Quando elas se aceleram, imediatamente repercutem no ritmo da economia; quando caem, a reação faz-se no mesmo sentido. O estancamento da economia brasileira nos anos 80 afetou decisivamente o RS, pois nem o bom ritmo das exportações para os mercados externos foi suficiente para compensar a queda verificada.

O mesmo comparativo com as importações resulta no que é apresentado na Tabela 16.

O pulsar da economia gaúcha implica fortes demandas externas, particularmente dos mercados nacionais, o que significa dizer que, sem essa complementação, não seria possível manter seus ritmos de desenvolvimento. A elasticidade de 1,27 revela uma estrutura de demanda que anda mais rápida do que a da produção, representando essa defasagem tanto um potencial a mais para o crescimento como vantagens atuais mais apoiadas nas exportações. Nota-se, nas diferenças de taxas para o período como um todo, uma substituição relativa dos fornecedores externos pelos fornecedores nacionais, particularmente afirmada na crise dos últimos anos, quando o nível de importação externa caiu para 72% entre 1980 e 1985. Nos anos 70, esse fato já se havia verificado, uma vez que o intenso ritmo de crescimento teve repercussão ampliada no setor externo, porém com incidência maior nos mercados nacionais, contrariando o que vinha ocorrendo na década anterior.

Tabela 15

Taxas médias anuais de crescimento do PIB e das exportações
do Rio Grande do Sul — 1960-85

(%)

PERÍODOS	PIB	EXPORTAÇÕES		
		Total	Nacionais	Para o Exterior
1960-70	6,2	7,7	5,8	18,6
1970-80	10,3	14,3	14,5	13,5
1980-85	0,5	1,6	0,0	6,4
1960-85	6,6	9,0	8,0	14,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE.

NOTA: Cálculos elaborados pelo autor.

Tabela 16

Taxas médias anuais de crescimento do PIB
e das importações — 1960-85

(%)

PERÍODOS	PIB ESTADUAL	IMPORTAÇÕES		
		Total	Nacionais	Para o Exterior
1960-70	6,2	6,9	6,2	9,3
1970-80	10,3	16,1	16,7	13,9
1980-85	0,5	-3,0	0,0	-29,0
1960-85	6,6	8,4	9,0	3,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE.

NOTA: Cálculos elaborados pelo autor.

Através das exportações entram os estímulos autônomos do crescimento, que, em boa parte, são repassados para os mercados nacionais, sob a forma de importações. Essa transmissão de estímulos deixa atrás, porém, um aparelho produtivo bastante diferenciado das próprias exportações, em razão de gerar uma renda cuja estrutura de bens e serviços não se identifica com elas. Por isso, é possível imaginar uma capacidade produtiva em mutação e com composição distinta da que aparece no setor externo da economia. Em 1985, enquanto nas exportações os produtos básicos apareciam com 38,5%, na estrutura produtiva não representavam mais do que 20%. Isso permite afirmar que a estrutura pretérita tem uma sobrevida na captação dos estímulos autônomos e que a massa de renda gerada a partir deles tende a criar uma estrutura nova, diferenciada, que, com certa defasagem, também vai enriquecer a pauta para o Exterior. Vê-se isso claramente nas mudanças de pautas, onde os bens industrializados e semi-industrializados vão ocupando posições crescentes.

Durante o período analisado, para cada cruzado a mais nas exportações correspondem 79 centavos de importações, cuja diferença seria o efeito líquido de acréscimo sobre a renda, não fora o efeito ampliado que o efeito autônomo produz. Como a renda aumentou cinco vezes, o efeito ampliado foi de 7,5 vezes, se todo esse acréscimo for creditado exclusivamente ao setor externo.⁹ Como não só do setor externo advêm estímulos autônomos e como eles são essenciais como elementos ativos do movimento econômico, é importante ampliar um pouco mais as considerações sobre os mesmos.

Os investimentos públicos estaduais e federais têm a mesma função estimuladora, uma vez que podem apresentar níveis independentes da demanda global, mesmo quando sua base tributária esteja sendo afetada pela mesma. Com uma carga tributária média de 25% e com um coeficiente de investimento no máximo de 20%, os investimentos públicos consolidados devem ter se aproximado dos 5% do PIB estadual,¹⁰ portanto, bem abaixo do resultado líquido do setor externo, em torno dos 9%.

Finalmente, fazem parte do elenco autônomo os investimentos de inovação, portadores de maior eficiência e, por isso, dando vantagens competitivas aos seus agentes. Particularmente nos momentos recessivos e de estancamento, são lembrados como forma de romper os constrangimentos de demandas. Quanto por cento representam esses investimentos no total dos investimentos privados? É impossível responder na ausência de investigação a respeito. Não obstante, talvez se possa ficar com uns 20% do total, o que resultaria em cerca de 2,5% do PIB, descontando-se a parcela de depreciação.

A partir dessas estimativas, chegar-se-ia a 16,5% do PIB como variáveis autônomas, dos quais 55% estariam relacionados com o setor externo. Nessas condições, o efeito ampliado seria de cinco vezes, o que diz bem da importância dos mesmos no processo de expansão. Note-se que mais da metade desses estímulos têm origem no mercado, uma vez que os demais ou são governamentais, ou são de natureza empresarial-tecnológica. A vantagem dessa composição é a menor dependência de uma única fonte, como é o caso de um país ou de uma área de reduzido coeficiente de

⁹ Com uma abertura média de 0,45 e um aumento de sete vezes no volume exportado, o efeito na renda resultaria em 66 centavos, ou seja, $0,45 \times 0,21 \times 7$.

¹⁰ O investimento no Brasil foi, em média, de 19% do PIB entre 1960 e 1985, e o do Setor Público (excluído o das empresas), de 3,6%.

abertura. Provavelmente da segunda metade da década de 70 para cá, quando os investimentos públicos caíram, seus efeitos foram compensados pelos níveis crescentes das exportações.

2.2 - O efeito ampliado

Captados os estímulos autônomos, eles encontram uma primeira resposta nos setores imediatamente atingidos, porém propagam-se através dos insumos solicitados e dos bens de capital necessários à expansão das suas capacidades produtivas. Eis o efeito derivado. Concomitantemente, forma-se uma massa de renda convertida em demanda bastante diferenciada, traduzindo um espectro de opções em todas as direções da economia. A propensão a consumir e a distribuição de renda encarregar-se-ão da intensidade da propagação. As filtrações dadas pelas importações subtrairão parte dessa intensidade, atuando como elemento de adequação entre a capacidade instalada e a demanda gerada.

No caso do RS, para cada unidade adicionada, é mister produzir 1,7 em termos de insumos de produção, ou seja, mais 70%, o que significa que os 16,5% de estímulos autônomos geram 11,6% de demanda intermediária, totalizando pelo menos 28,1% como efeito primário mais o efeito derivado. A partir daí, dá-se início a um intenso processo de produção-circulação-realização, cujo efeito final vai significar 3,3 vezes mais que os valores obtidos até então, fechando os 100% do Produto gerado.

A demanda inicialmente criada com os estímulos autônomos só pode ser atendida porque há ou se instala capacidade produtiva para satisfazê-la. Isso é válido para todas as etapas subseqüentes, o que pressupõe uma acumulação de capital em todos os setores, tal como é estimado no item anterior. Para um Produto que aumenta cinco vezes, não é possível imaginar-se uma capacidade previamente instalada e uma ociosidade de 80%.¹¹ Mesmo que, do ponto de vista quantitativo, houvesse lugar para um Produto tantas vezes maior, com toda certeza essa acolhida não se daria pelo lado qualitativo, pois o grande aumento de renda *per capita* traz implícita uma substancial mudança na estrutura de demanda.

Condição indispensável é que haja uma demanda crescente para sustentar o processo de crescimento; condição irredutível para que o processo se cumpra é que haja as respostas correspondentes para que a oferta se instale. Isso não é tudo, porque nessa oferta tem que estar embutida uma produtividade crescente para que a reprodução se dê de modo ampliado, porque, só se dando de modo ampliado, os requerimentos da reprodução exigem mudanças qualitativas, ou seja, diferenciação do aparato produtivo. Por isso, os ganhos de produtividade no RS foram tão importantes para as alterações estruturais e, por isso também, o considerável incremento de capital por homem empregado teve papel decisivo para as mesmas.

Quais as formas de respostas que os setores produtores de bens se habilitam tanto para apanhar os estímulos autônomos como para difundi-los ampliadamente? Desde logo é notável o câmbio estrutural da economia e da sociedade gaúchas. Em

¹¹ Essa é a diferença do efeito multiplicador keynesiano, relacionando investimento e seu múltiplo de renda. Isso só é possível num curtíssimo período e com ociosidade disponível.

1960, 55% da população vivia no campo, e 57% do emprego estava vinculado à produção animal e de grãos. Em 1985, esses percentuais já eram de 28% e 30% respectivamente. Num abrir e fechar de olhos, uma sociedade rural dá lugar a uma sociedade urbana, e a paisagem bucólica dos horizontes sem fim e das vilas coloniais e cidades interioranas deixa-se superar pelas aglomerações agitadas de anônimos que transitam por vias sem transparência.¹² Valores, critérios, comportamentos, visões do Mundo, o tempo e o ritmo de vida, enfim, tudo muda, numa indescritível mutação para abrigar o novo. E o novo é avassalador, totalitário, nada lhe escapa ou fica à margem de sua influência. Nota-se a heterogeneidade por onde passa, revelando graus distintos de contágio; porém, ao final, só as relíquias são preservadas como testemunhas de que algo diferente existiu antes.

Pois bem, a expansão do Produto exigiu consideráveis ajustes, como foi o caso da agricultura e da indústria. Para que a agricultura dobrasse a produtividade do homem ocupado foi necessário: (a) encontrar culturas que, graças às forças de mercado, lhe conferissem grande dinamismo e grande volume de excedente, como foi o caso do trigo nos anos 50 e da soja nos anos 70; (b) mudar sua função de produção com a introdução de insumos comerciais; (c) expandir práticas agrícolas, como a irrigação de apreciável avanço em relação às forças da natureza; (d) profundas mudanças no uso do solo, a ponto de a pecuária perder 4,5 milhões de hectares mesmo com um rebanho acrescido de 3,5 milhões de cabeças; (e) adotar uma ampla mecanização no campo e modernos instrumentos de trabalho; (f) encontrar novas formas de organização da produção e comercialização como suporte para os volumes produzidos; (g) ampliar sua base de pesquisa e de extensão; (h) habilitar suas pequenas e médias propriedades a todos esses avanços, a ponto de, ainda agora, cerca de 80% de sua força de trabalho permanecer em relações não capitalistas de produção, em propriedades de até 50 hectares, com invejável modernização e produção de excedente.

Todos esses reajustes também deixaram seu passivo, até porque a capacidade dos agentes de assimilação do novo e as circunstâncias que presidiram essas inovações são distintas. As unidades de produção que não sobreviveram, a perda relativa de algumas regiões, a liquidação da cobertura florestal, a degradação do solo e o estancamento da produtividade do solo são algumas indicações de aspectos negativos que não foram impeditivos das transformações, porém restaram como retificações para o futuro.

No setor industrial, os efeitos ampliados dos estímulos autônomos tomam a forma de: (a) um aumento substancial da densidade de capital por homem empregado; (b) grandes avanços dos gêneros modernos em relação aos tradicionais; (c) inserção crescente nos mercados nacionais e externos; (d) expansão acima da média nacional dos grupos produtores de insumos ligados às atividades de ponta e de bens de capital; (e) aparecimento dos bens que integram a frente da revolução tecnológica em marcha; (f) pesquisas aplicadas à produção dentro e fora da empresa; (g) laboratórios e seções industriais destinados aos controles de qualidade; (h) concentração do capital; (i) maior incidência de mão-de-obra qualificada na produção; (j) emprego generalizado de

¹² Transformação semelhante conheceram os EUA entre 1845 e 1910 e o Japão entre 1913-17 e 1960. Ver B. F. Johnston, P. Kilby (1977).

vocábulos como *marketing* e *know-how*, implicando práticas desconhecidas; (!) deslocamentos regionais com novas reconcentrações da indústria.

Independentemente das origens dos estímulos e do encadeamento das relações intersetoriais a partir deles, é importante considerar o funcionamento da economia dentro da dimensão temporal. Não se trata só de constatar ritmos, mas de discriminar tempos em função das dificuldades de respostas que os acontecimentos observados implicaram. É possível sintetizar esses acontecimentos numa taxa ou numa unidade de tempo, porém é essencial reconstruir seus elementos constitutivos para uma justa avaliação dos resultados finais.

Pode-se, pelo menos, destacar quatro forças de movimento com tempos distintos para sua efetivação. Há um tempo para um crescimento neutro, ou seja, dentro da mesma função de produção e sem ganhos de produtividade. Suas possibilidades residem na disponibilidade de fatores, e sua taxa de rentabilidade fica na dependência do estado geral da economia e de seus reflexos sobre os preços desses fatores. Os estímulos autônomos podem despertar uma pronta reação de natureza neutra, porém, em situações isoladas e por pouco tempo, perduram as condições que lhe podem dar sustentação.

Essa neutralidade pode ser quebrada por força das elasticidades, que, ao distribuírem desigualmente os estímulos de crescimento, obrigam a mudanças relativas na demanda de fatores. Introduzem, assim, no conjunto da economia, perturbações de preços e de rentabilidade, tornando seus efeitos mais dinâmicos e seus ajustes mais demorados de serem obtidos.

As respostas das unidades de produção podem se dar dentro de processos conhecidos ou, ao contrário, através de inovações como elementos diferenciadores, o que pressupõe predisposição, de um lado, e acesso às mesmas, de outro. Em outras palavras, os estímulos são colhidos e transformados em bens e serviços qualitativamente diferentes e com rentabilidade superior. As diferenças de elasticidade respondem pelas mudanças de estrutura e, quando acompanhadas de inovações, passam a ostentar dinamismo endógeno superior.

Finalmente, há as inovações que rompem equilíbrios, indispensáveis nos momentos de estancamento, distinguindo-se das anteriores apenas por não serem induzidas, mas, sim, indutoras.

Tanto no movimento da economia sul-rio-grandense como nas características de seu funcionamento, essas forças estiveram presentes, e as descrições feitas revelam como foi rico esse evoluir e como foram de grande qualidade as respostas logradas ao longo dos anos. Se, de maneira geral, o ritmo foi rápido, traduzindo uma grande capacidade de mobilização e organização de fatores, não há como não destacar a diferenciação do aparelho produtivo e os ganhos de produtividade como forma convincente de uma comunidade evidenciar sua determinação de não abandonar o primeiro pelotão das economias regionais brasileiras.

Tabela 17

Produto Interno Líquido a custo de fatores do Rio Grande do Sul — 1960-87

ANOS	AGRICULTURA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS		TOTAL	
	Índice	%	Índice	%	Índice	%	Índice	%
1960	51,4	-10,6	61,0	7,8	54,3	12,6	54,7	4,0
1961	52,2	1,5	66,4	9,0	58,9	8,5	58,3	6,6
1962	63,2	21,2	70,6	6,3	62,1	5,4	64,0	9,9
1963	63,0	-0,3	69,1	-2,2	64,2	3,2	64,7	1,1
1964	62,8	-0,3	70,6	2,4	65,1	1,4	65,5	1,1
1965	74,0	17,7	70,1	-0,9	66,2	1,7	69,3	5,8
1966	70,0	-5,4	73,0	4,1	71,0	7,4	71,1	2,6
1967	71,4	2,0	71,9	-1,5	72,3	1,8	72,0	1,2
1968	75,6	5,8	84,8	17,8	79,7	10,3	79,4	10,4
1969	91,0	20,3	91,2	7,6	87,7	10,0	89,4	12,5
1970	100,0	9,9	100,0	9,6	100,0	14,0	100,0	11,9
1971	103,4	3,4	118,3	18,3	112,2	12,2	110,7	10,7
1972	104,2	0,8	145,3	22,8	134,1	19,5	127,3	15,0
1973	114,0	9,4	174,1	19,8	154,5	15,2	146,1	14,8
1974	118,2	3,7	217,6	25,0	180,5	16,8	169,0	15,6
1975	129,6	9,6	243,8	12,0	193,8	7,4	184,1	8,9
1976	144,0	11,1	289,0	18,5	217,5	12,2	209,1	13,6
1977	134,4	-6,7	319,1	10,4	234,6	7,9	220,7	5,5
1978	125,1	-6,9	350,5	9,8	250,2	6,6	231,9	5,1
1979	104,2	-16,7	368,5	5,1	248,4	-0,7	228,1	-1,6
1980	144,6	38,8	393,7	6,8	291,7	17,4	267,1	17,1
1981	157,5	8,9	367,7	-6,6	298,5	-0,8	264,9	-0,8
1982	127,6	-19,0	360,5	-2,0	277,1	-4,3	248,3	-6,3
1983	164,7	29,1	341,3	-5,3	268,0	-3,3	251,1	1,1
1984	157,7	-4,2	357,6	4,8	267,8	-0,1	252,0	0,4
1985	175,0	10,9	379,4	6,1	292,2	9,1	273,8	8,6
1986	12,6	-28,0	432,9	14,1	334,6	14,5	299,3	9,3
1987	167,6	33,0	429,0	-0,9	324,2	-3,2	301,7	0,6

FONTE: FEE.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1976). **Uma visão global da economia do estado**. Porto Alegre: FEE. (25 anos de economia gaúcha, v.1).

NOTA: PILcf médio dos 25 anos = 6,6.

Tabela 18

Produto Interno Bruto a preços de mercado do Brasil — 1960-86

ANOS	AGRICULTURA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS		TOTAL	
	Índice	%	Índice	%	Índice	%	Índice	%
1960	74,0	4,9	52,6	9,6	53,2	13,0	55,5	9,7
1961	79,6	7,6	58,2	10,6	59,5	11,8	61,2	10,3
1962	84,0	5,5	62,8	7,9	61,4	3,2	64,4	5,2
1963	84,9	1,1	62,9	0,2	63,2	2,9	65,4	1,5
1964	86,0	1,3	66,1	5,1	64,5	2,0	67,3	2,9
1965	97,9	13,8	63,0	-4,7	65,3	1,2	69,1	2,6
1966	83,6	-14,6	69,2	9,8	70,0	7,2	71,7	3,8
1967	91,3	9,2	71,3	3,0	74,0	5,7	75,2	4,8
1968	95,4	4,5	80,8	13,3	82,1	10,9	83,6	11,2
1969	99,0	3,8	90,6	12,1	90,6	10,4	91,9	10,0
1970	100,0	1,0	100,0	10,4	100,0	10,4	100,0	8,8
1971	111,3	11,3	112,0	12,0	112,4	12,4	112,0	12,0
1972	115,8	4,0	126,5	12,9	125,7	11,8	124,5	11,1
1973	120,0	3,6	147,0	16,2	144,5	15,0	141,4	13,6
1974	129,8	8,2	160,6	9,2	161,6	11,8	155,1	9,7
1975	136,0	4,8	170,1	5,9	170,8	5,7	163,5	5,4
1976	139,9	2,9	191,2	12,4	187,2	9,6	179,4	9,7
1977	156,4	11,8	198,7	3,9	198,4	6,0	189,7	5,7
1978	152,4	-2,6	213,1	7,2	210,1	5,9	199,2	5,0
1979	160,0	5,0	226,7	6,4	227,4	8,2	211,9	6,4
1980	170,0	6,2	244,6	7,9	245,6	8,0	227,2	7,2
1981	180,8	6,3	231,2	-5,5	241,3	-1,8	223,6	-1,6
1982	176,3	-2,5	232,5	0,1	247,7	2,6	225,7	0,9
1983	180,2	2,2	216,8	-6,7	242,3	-2,2	218,6	-3,2
1984	188,0	4,3	229,6	5,9	252,8	4,3	228,4	4,5
1985	204,5	8,8	250,3	9,0	272,5	7,8	247,4	8,3
1986	-	-	281,6	12,5	-	-	267,5	8,3

FONTE: 1960-65: CONJUNTURA ECONÔMICA (1973). Rio de Janeiro: FGV, v.27, nº 12, dez.
 1965-69: CONJUNTURA ECONÔMICA (1980). Rio de Janeiro: FGV, v.34, nº 12, dez.
 1970-84: CONJUNTURA ECONÔMICA (1985). Rio de Janeiro: FGV, v.39, nº 6, jun.
 1985: CONJUNTURA ECONÔMICA (1986). Rio de Janeiro: FGV, v. 40, nº 4, abr.

NOTA: PIBpm médio dos 25 anos = 6,2.

Tabela 19

Estrutura das exportações gaúchas — 1960-1985

DISCRIMINAÇÃO	MERCADOS INTERNACIONAIS				MERCADOS NACIONAIS	
	1960	1969	1979	1985	1960	1969
Animais vivos e matérias-						
-primas	60	53	25,7	11,7	18	30
Pinho	46	14	1,6	-	-	-
Fumo	7	3	12,9	11,7	4	-
Soja	-	13	6,6	-	-	-
Lã	-	10	1,6	-	3	1
Outros	7	13	3,0	-	11	29
Gêneros alimentícios	39	41	51,0	37,3	72	51
Carnes	27	20	0,8	4,0	4	4
Farelos	7	9	33,8	33,3	-	-
Arroz	-	-	-	-	7	20
Vinho	-	-	-	-	12	4
Outros	5	12	16,4	-	49	23
Produtos químicos e far-						
macêuticos	0	0	0	2,4	2	4
Máquinas e veículos	0	0	0	0	2	3
Manufaturas e artigos ma-						
nufaturados	1	5	13,4	28,4	5	11
Transações especiais	0	0	0	0	1	1
Outros	0	0	10,2	20,2	0	0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FEE.

Tabela 20

Balço comercial do Rio Grande do Sul — 1980-86

a) mercados nacionais (Cz\$ 1 000,00)			
ANOS	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
1980	334 929	378 464	-43 535
1981	620 884	692 402	-71 518
1982	1 354 255	1 458 245	-103 990
1983	3 259 844	3 396 630	-136 786
1984	10 857 867	12 307 492	-1 449 625
1985	42 638 719	44 996 506	-2 357 787
1986	114 494 684	114 321 970	172 714

b) mercados internacionais (Cz\$ 1 000,00)			
ANOS	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
1980	103 922	91 158	17 764
1981	257 434	162 046	95 387
1982	405 396	237 646	167 750
1983	1 534 616	437 556	1 096 484
1984	5 366 758	1 820 864	3 545 894
1985	16 227 763	3 363 551	12 864 212
1986	31 409 370	12 062 520	19 346 850

c) balança comercial (Cz\$ 1 000,00)			
ANOS	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
1980	443 851	469 622	-25 771
1981	878 318	854 448	23 870
1982	1 759 651	1 695 891	63 760
1983	4 794 460	3 834 186	960 274
1984	16 224 625	14 128 356	2 096 269
1985	58 866 482	48 360 057	10 506 425
1986	145 904 054	126 384 490	19 519 564

FONTE: Mercados nacionais: Secretaria da Fazenda.
Mercados internacionais: FEE.

Bibliografia

- ACCURSO, Claudio Francisco (1983). **A relação produto/capital**. Porto Alegre: BRDE. (Documento interno)
- CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil (1984). Rio de Janeiro: IBGE.
- JOHNSTON, B. F., KILBY, P. (1977). **Agricultura e transformação estrutural**. Rio de Janeiro: Zahar. (Apêndices)
- KLEIN, Laurence R. (1962). **An introduction to econometrics**. Prentice-Hall: M.J. p.103.
- LEITE, Manoel Marques (1985). **Relações externas da economia do Rio Grande do Sul 1949/79**. Porto Alegre: Editora da Universidade.
- RELATÓRIO DE ESTATÍSTICAS ECONÔMICO-FISCAIS 1975/1985 (1981/1988). Porto Alegre: Secretaria da Fazenda/Divisão de Estudos Econômicos e Fiscais.
- WORLD BANK: atlas (1982). s.l.: s.n.